

COL/AM/016


MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
DIRECÇÃO-GERAL DA CONTABILIDADE PÚBLICA  
Gabinete de Estudos António José Malheiro



# ABONOS ÀS FAMÍLIAS DE FALECIDOS SERVIDORES

Decreto-Lei n.º 42 947 e Portaria n.º 17 698,  
de 27 de Abril de 1960

Instruções para a sua execução,  
aprovadas por despacho de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Finanças  
de 14 de Junho de 1960



IMPrensa NACIONAL DE LISBOA  
1960

## **INSTRUÇÕES**

## **Instruções para a execução do Decreto-Lei n.º 42 947, de 27 de Abril de 1960**

### **I — Considerações prévias**

O Decreto-Lei n.º 42 947, de 27 de Abril de 1960, estabelece os preceitos legais que permitem dar execução ao preceituado no artigo 10.º da Lei n.º 2101, de 19 de Dezembro de 1959.

Esta última disposição atribui às *personas de família que viviam a cargo dos servidores falecidos* o direito de receberem os vencimentos que a estes eram abonados, do mês em que se der a morte e do mês seguinte; por outro lado, determina que a respectiva liquidação obedeça a regras simples de que resulte a maior celeridade no pagamento das importâncias devidas.

Nos termos assim expressos, há que salientar os seguintes pontos fundamentais da nova legislação:

- 1.º As pessoas de família que beneficiam do novo direito são apenas as *que viviam a cargo* do servidor falecido;
- 2.º Por servidores do Estado entendem-se os nomeados, contratados ou assalariados, ainda que, quanto a estes últimos, não tenha sido firmado alvará ou qualquer outro título para a sua admissão;
- 3.º O vencimento do mês em que se der a morte só será liquidado a favor de *um dos membros da família do servidor* se não tiver sido recebido, e está sujeito às mesmas regras de processamento que vinham sendo observadas;
- 4.º O vencimento do mês seguinte ao do falecimento será sempre liquidado por inteiro, embora a entrega da respectiva

importância possa ficar dependente do apuramento das quantias em débito ao Estado pelo servidor, respeitantes a adiantamentos sujeitos a prestação de contas;

5.º O processo simplificado de liquidação obedece ao seguinte esquema:

a) As importâncias respeitantes ao mês do falecimento e ao mês seguinte são liquidadas à pessoa de família a cargo do servidor, por este previamente designada, por meio de declaração datada, assinada e entregue na estação processadora das remunerações, podendo também admitir-se a entrega em serviço centralizador do processamento, quando assim convenha à organização desse serviço;

b) Na falta, extravio ou inoperância da declaração, será a liquidação feita a um dos membros da mesma família, mediante petição a apresentar por quem se encontre na ordem de precedência estabelecida no diploma.

6.º Quando, por qualquer motivo, não tenha sido seguido o processo especial a que alude o número anterior e decorridos que sejam os prazos fixados no artigo 9.º do diploma, *prescreve* o direito aos abonos pelo mesmo decreto-lei autorizados, podendo, todavia, utilizar-se o processo de habilitação de herdeiros (em que ficam interessados quaisquer membros da família do falecido, segundo a ordem de sucessão legítima, ou quem for designado nos termos legais aplicáveis à sucessão de bens), tal como tem sido prática corrente, notando-se que, quanto ao processo de habilitação administrativa, respeitante a falecidos servidores do Estado, novas e simplificadas regras foram estabelecidas, incidindo sobre a forma das petições, os meios de prova, a dispensa de formalidades e a isenção de imposições legais (artigo 14.º do diploma);

7.º Quando seja utilizado o processo de habilitação de herdeiros, por qualquer das formas que este pode revestir, apenas são de liquidar, como resulta da lei e do exposto no número anterior, as importâncias que de facto ficaram em

dívida ao falecido servidor (onde necessariamente não se compreendem as remunerações não vencidas do mês do falecimento e do mês seguinte), ainda que requeridas por pessoas de família que tivessem vivido a seu cargo;

8.º Do exposto nos números anteriores resulta que a integral liquidação dos abonos respeitantes ao mês do falecimento do servidor e do mês seguinte somente se poderá levar a efeito nos termos do n.º 1.º e pela forma expressa no n.º 5.º das presentes instruções;

9.º E de acentuar que, não sendo utilizado o processo de habilitação de herdeiros, mas sim a simples petição estabelecida para a liquidação dos abonos a fazer à família a cargo do falecido servidor, não há transmissão por herança e, assim, não são os ditos abonos de incluir ou descrever entre os bens do falecido, a partilhar nos termos da lei;

10.º Finalmente, anota-se que o Decreto-Lei n.º 42 947 a que se reportam estas instruções não prejudica nem por qualquer forma altera o que se encontra estatuído em diversos diplomas legais sobre o abono das despesas de funeral e enterramento em relação aos servidores que faleçam em estado de reconhecida pobreza ou por motivo de desastre em serviço.

## **II — Indicações sobre as disposições do diploma**

Nesta segunda parte das presentes instruções, em que ordenadamente é seguido o articulado do diploma, prestam-se alguns esclarecimentos julgados indispensáveis para a boa execução dos novos preceitos:

Artigo 1.º As importâncias a liquidar ao abrigo das disposições deste artigo constituem créditos exclusivamente a favor das pessoas de família que viviam a cargo dos falecidos servidores do Estado.

A prova de que vivia a cargo do falecido a pessoa de família que se apresenta a requerer os abonos é exclusivamente feita pela confirmação exarada nas petições, quando não exista declaração deixada pelo servidor.

As pessoas de família a considerar são quaisquer, por consanguinidade ou afinidade, não importando o grau de parentesco, quando exista declaração indicativa de quem é o beneficiário.

O direito aos abonos é reconhecido a todos os servidores de carácter permanente e também aos que, embora em regime eventual tenham ao mesmo prestado serviço durante um período não inferior a seis meses, seguidos ou interpolados, desde que estivessem vinculados ao Estado na data do falecimento.

Apenas os servidores que se encontravam na situação de licença ilimitada e os que (não assistidos como tuberculosos e não na situação de reserva militar) tivessem já determinado a abertura de vaga não dão direito aos abonos; aqueles que, embora não se encontrando na efectividade do serviço, a ele continuavam vinculados à data do falecimento dão direito aos ditos abonos — no primeiro mês, condicionados à sua situação; no segundo mês, sempre por inteiro (exemplo: situação de reserva militar, com ou sem comissão de serviço activo, situação de aguardando a aposentação, afastamento do serviço por motivo de doença, suspensão temporária de exercício e vencimento, etc.).

Art. 2.º Os abonos serão liquidados:

a) A pessoa de família (qualquer) que vivia a cargo do falecido servidor e constar da declaração (modelo n.º 35 do catálogo da Imprensa Nacional) previamente depositada no serviço;

b) A pessoa de família que vivia a cargo do falecido servidor que na falta, extravio ou inoperância da declaração se apresente a requerê-los, mediante petição (modelo n.º 36 do catálogo da Imprensa Nacional), devidamente confirmada, apresentada por quem se encontrar na ordem de precedência indicada no artigo.

Não compete aos serviços averiguar se a pessoa que subscrive a petição está ou não na ordem de precedência em relação a quaisquer outros membros da família que viviam a cargo do falecido.

De harmonia com este artigo 2.º, a declaração, a petição e a liquidação *apenas poderão respeitar a uma só pessoa.*

A declaração a que se refere a alínea a) deverá ser entregue ou remetida à estação processadora dos respectivos abonos [ver capítulo I, n.º 5.º, alínea a)] num sobrescrito fechado e lacrado, no qual será aposta exteriormente a indicação do seu conteúdo, a data e a assinatura do declarante, autenticada com a do chefe do respectivo serviço e com o selo branco ou carimbo a tinta de óleo do mesmo serviço.

Para uniformizar quanto possível o arquivo das declarações recomenda-se a utilização do modelo normalizado C 6 (114 mm x 162 mm) para os sobrescritos acima referidos.

A declaração pode, a todo o tempo, ser substituída ou retirada por quem a subscreveu, mas é considerada nula quando venha a verificar-se que não foi feita a pessoa da família a cargo do declarante ou quando não se encontre nas condições estabelecidas por este diploma.

Nos serviços onde são depositadas as declarações é aconselhável a existência de um registo cronológico, por onde possa fazer-se a verificação periódica dos sobrescritos entregues.

Quando o direito aos abonos tenha recaído em indivíduo menor ou interdito, a petição deverá ser assinada pelo seu representante legal, pela pessoa de família que tenha ficado com o encargo da sua manutenção ou por quem deva mais tarde prestar contas das importâncias recebidas.

Art. 3.º É de notar que a isenção do pagamento de emolumentos respeita apenas às importâncias a abonar, cessando assim em relação a estes processos a liquidação que se fazia ao abrigo do n.º 5.º do artigo 90.º do Decreto com força de lei n.º 5524, de 8 de Maio de 1919.

As petições, bem como as declarações, não estão sujeitas ao imposto do selo, mas quaisquer outros documentos a juntar ao processo deverão ser selados.

Art. 4.º A liquidação dos abonos obedecerá às seguintes regras:

a) O vencimento e quaisquer remunerações respeitantes *ao mês em que se der a morte* do servidor serão calculados em relação a todo o mês, com base nos elementos de processamento de que então se dispunha. Quer isto dizer que o abono dos dias seguintes ao do falecimento, até ao fim do respectivo mês, obedecerá às mesmas condições de processamento que se observariam se o servidor vivo fosse e permanecesse na situação que tinha à data da morte. Portanto, abonos e descontos reflectirão a situação em que o servidor se encontrava à data do falecimento (exemplo: se o servidor se encontrava aguardando a aposentação, é a respectiva pensão provisória que deverá ser abonada até ao fim do mês; se o servidor não estava sendo abonado por aguardar a contagem do tempo de serviço, nada se abonará até se concretizar essa contagem; se o servidor estava descontando determinada pensão, indemnização ou qualquer parcela do seu vencimento, continuarão a fazer-se tais descontos, etc.).

Neste primeiro mês de abono não interessa a natureza das remunerações que estavam sendo processadas e dos descontos que sobre elas incidiam, uma vez que a liquidação por todo o mês os abrange a todos, integralmente.

Assim, são de liquidar os abonos com especial destino, fixado na lei, como, por exemplo, subsídio de residência, gratificações inerentes a diversas funções, auxílio para fardamento, etc.

Nos descontos, também nenhuma excepção há a considerar, pelo que neles se compreendem os respeitantes a débitos, a depósitos e cantinas de serviços oficiais, etc.

b) Em relação *ao mês seguinte ao do falecimento*, o abono abrange a totalidade ilíquida das remunerações certas, sem qualquer dedução ou desconto, excepto o do imposto do selo.

Não importa que as remunerações do falecido servidor viessem a sofrer anteriormente qualquer dedução ou desconto que não tivesse sido suficiente para regularizar a sua especial situação (de doença, afastamento do serviço, etc.), pois entende-se que os respectivos processos findaram no mês do falecimento.

Assim, apenas o imposto do selo incidirá sobre o abono do segundo mês, não se fazendo quaisquer outros descontos ainda que ficassem em dívida (por exemplo: emolumentos de uma licença), justamente porque este segundo mês de abono tem o carácter de subsídio por morte.

Mesmo que, por qualquer motivo, não fosse de liquidar o vencimento do primeiro mês, o abono do mês seguinte sempre se liquidará, a menos que se verifiquem as hipóteses previstas no § 2.º do artigo 1.º do diploma.

As remunerações ilíquidas a considerar neste segundo mês são as que anteriormente estivessem a ser liquidadas ou fossem devidas em relação ao lugar ocupado ou função desempenhada pelo servidor falecido, ainda que constituindo gratificações, subsídios (incluindo os de residência) ou outros abonos certos, como os de representação, mesmo que percebidos em regime de acumulação, excluindo, todavia, os que tivessem um especial destino que já não é possível cumprir (exemplo: o auxílio para fardamento, o abono para falhas, etc.).

c) De acentuar é que, tanto no primeiro como no segundo mês, o abono a fazer incide apenas sobre as remunerações certas, correspondentes aos lugares ocupados ou funções desempenhadas (quaisquer, mesmo que não se classifiquem pela rubrica de «Remunerações certas ao pessoal em exercício») e não sobre as que se encontram condicionadas à efectiva prestação de serviços ou à execução de determinada tarefa (exemplo: gratificações por serviços de inspecção, por serviços de exames, por horas extraordinárias, etc.). Estas últimas remunerações serão liquidadas consoante o trabalho de facto executado;



d) Quanto ao pessoal assalariado não há qualquer regra especial a indicar, visto que os abonos do primeiro e do segundo mês obedecerão aos preceitos enunciados. Apenas se faz referência ao caso da perda de salários que o servidor vinha sofrendo, nestes termos:

Se à data do falecimento o abono estava já sendo reduzido, é com base no mesmo quantitativo que prosseguirá a liquidação em relação a todo o primeiro mês.

Se o servidor já não tinha direito a salário à data do falecimento, nada será abonado no primeiro mês de liquidação.

No segundo mês, não se verificando a dispensa do serviço ou a passagem à reforma, anteriormente à data do falecimento, será a liquidação feita integralmente, nos termos do § 1.º deste artigo.

Art. 5.º Este artigo refere-se especialmente às remunerações a que se refere a última parte da alínea c) das considerações feitas acerca do artigo 4.º, isto é, às que se encontram condicionadas à efectiva prestação de serviços e cuja liquidação deverá ser feita somente pelas importâncias que ficaram em dívida à data do falecimento do servidor.

Art. 6.º As disposições deste artigo aplicam-se aos abonos feitos pelo Estado, a título de antecipação, isto é, aos que estão sujeitos a posterior prestação de contas (exemplo: adiantamento de ajudas de custo, de subsídios diversos, de abonos para instalação, de abonos para despesas de representação, etc.).

Art. 9.º O processo de liquidação dos abonos em causa será assim iniciado:

a) Ocorrido o falecimento de um servidor do Estado, a estação processadora dos seus abonos [ver capítulo I, n.º 5.º, alínea a)] avisa a família de que poderá requerer as importâncias que forem devidas;

b) O aviso será feito por carta registada, com aviso de recepção, e deve ser endereçado à pessoa constante da declaração feita em devido tempo pelo falecido, ou simplesmente à família, quando não haja declaração ou não se apresente a pessoa nela indicada;

c) O prazo máximo para a expedição do aviso é de cinco dias, contados da data em que no serviço tenha havido conhecimento do falecimento do servidor;

d) Recebido o aviso, deverá o interessado apresentar na estação processadora dos abonos ou no respectivo serviço central, no prazo de

45 dias, a petição feita no impresso a tal fim destinado (modelo n.º 36 do catálogo da Imprensa Nacional), acompanhada, se possível for, da respectiva certidão de óbito;

*e)* Se não puder juntar-se à petição a certidão de óbito, não deixará de ser entregue no serviço aquele documento, no referido prazo de 45 dias;

*f)* A demora, para além dos 45 dias, na entrega da certidão de óbito carece de justificação escrita, sujeita ao imposto do selo, a apresentar à estação processadora dos abonos [ver capítulo 1, n.º 5.º, alínea *a*)], que, achando-a procedente, a fará juntar ao processo.

É dispensada a justificação por parte da família, sempre que o motivo da demora seja do conhecimento do serviço, que anotará essa justificação no processo;

*g)* Quando a família do servidor falecido não tenha podido ser avisada pelo serviço processador, poderá apresentar a sua petição no prazo de 60 dias, contados a partir do dia seguinte ao do óbito;

*h)* Os processos só seguirão os seus trâmites quando iniciados com a petição feita no citado modelo e depois de documentados com a certidão de óbito respectiva;

*i)* Deverá verificar-se inteira concordância entre os elementos constantes das petições e das respectivas certidões de óbito ou outros documentos.

Quando haja que se proceder a alguma rectificação, será o processo devolvido à estação processadora dos abonos [ver capítulo 1, n.º 5.º, alínea *a*)];

*j)* Se, em relação ao mesmo falecido servidor, vierem a apurar-se novos créditos, encontrando-se já concluso ou em curso processo anterior, é dispensada a apresentação de nova certidão de óbito;

*k)* Só nos casos em que os abonos não tenham chegado a ser liquidados mediante petição poderá ter lugar o processo de habilitação de herdeiros, nos termos legais, unicamente válido para as importâncias que efectivamente ficaram em dívida ao falecido servidor, como se referiu no n.º 7.º da primeira parte destas instruções;

*l)* Apenas o processo de habilitação administrativa de herdeiros exige a publicação de éditos.

Art. 11.º A liquidação dos abonos não está sujeita a despacho ministerial de autorização e apenas depende da informação das estações processadoras [ver capítulo 1, n.º 5.º, alínea *a*)], a inserir na própria

petição, e da sua conferência pela entidade competente para autorizar o pagamento.

O processo deverá ser remetido no mais curto prazo à referida entidade acompanhado da respectiva folha, salvo se já tiver sido enviado anteriormente.

Não é necessário juntar ao processo a declaração modelo n.º 35 do catálogo da Imprensa Nacional, nem o expediente que tiver precedido a apresentação da petição.

As repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública apenas serão remetidos os processos dos serviços que elaboram folhas de despesas a autorizar por estas repartições. Quando exista folha processada relativamente ao primeiro mês e embora o abono figure nela ainda em nome do servidor falecido, poderá a mesma ser utilizada, mediante averbamento, na liquidação desse mês a favor do peticionário.

Os serviços dotados de autonomia administrativa e todos aqueles que, administrativamente, não dependem das referidas repartições, ainda que por seu intermédio recebam subsídios ou quaisquer fundos, resolverão os processos respeitantes ao seu pessoal, entendendo-se como «entidade competente para autorizar o pagamento» a divisão, secção ou órgão que, internamente, deva intervir nos pagamentos efectuados por esses serviços.

Poderá, no entanto, admitir-se que, no prosseguimento da prática decorrente, sejam remetidos à respectiva repartição de Contabilidade Pública, para verificação, os processos organizados por alguns conselhos administrativos de serviços militares, desde que de tal prática não resultem inconvenientes para os serviços próprios da repartição e para os interessados.

Art. 12.º Tendo presente que o diploma a que se referem estas instruções se destina a simplificar o processo de liquidação dos abonos devidos por morte dos servidores do Estado e a dar brevidade à sua resolução, entende-se que a utilização das disponibilidades orçamentais a que se refere este artigo abrange as vencidas e as vincendas (por conta do duodécimo do mês de Dezembro). No caso de estas últimas não virem a efectivar-se, terá então que proceder-se ao reforço previsto no § único deste artigo, o qual não carece de prévia proposta dos serviços interessados.

As sobras a utilizar nos reforços deverão pertencer a dotações do orçamento (qualquer que seja a divisão) onde se descrevem as verbas a reforçar.

Os serviços autorizados a promover as alterações orçamentais com utilização de especiais disposições legais deverão actuar por forma a que as referidas alterações se efectivem no mais curto prazo.

Art. 14.º As disposições deste artigo aplicam-se apenas aos processos de habilitação sobre créditos de falecidos servidores do Estado e destinam-se a simplificar o seu andamento e resolução, sem prejuízo da parte da legislação que lhes é própria e se mantém.

Assim, no que se refere às habilitações administrativas, as simplificações introduzidas abrangem exclusivamente:

a) A forma de petição — que substitui o requerimento e consta de impresso adequado (modelo n.º 37 do catálogo da Imprensa Nacional) não sujeito ao imposto do selo;

b) Os meios de prova — que, excluindo a certidão de óbito (que sempre se deverá apresentar), serão apenas os exigidos pelo artigo 10.º do diploma (confirmação da autoridade administrativa ou de dois servidores de categoria igual ou superior à do falecido);

c) A dispensa de formalidades — no que respeita à liquidação e pagamento, não é necessário despacho ministerial de autorização; também não depende da organização de prévio processo a utilização da verba de «Despesas de anos económicos findos»;

d) A isenção de imposições legais — que diz respeito ao imposto sobre as sucessões e doações e aos emolumentos do processo. A isenção do imposto sobre as sucessões e doações também abrange as restantes formas de habilitação.

De acentuar é que, exceptuadas as regras citadas nas alíneas anteriores, os processos de habilitação de herdeiros terão de seguir os trâmites habituais, apoiados na legislação vigente.

Deste modo, não deixarão de se observar os prazos para a entrega da petição, que, neste caso, será feita no modelo n.º 37 do catálogo da Imprensa Nacional, e da documentação necessária, os quais, mesmo na hipótese de a habilitação resultar da falta de seguimento do processo simplificado para a liquidação dos abonos a determinada pessoa de família que vivia a cargo do servidor falecido, se contarão, como determina a lei, a partir do dia seguinte ao do óbito. Os éditos serão publicados nos 30 dias seguintes ao da entrada das petições na competente repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública (§ 1.º do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 24 432, de 28 de Agosto de 1934).

O aviso à família do falecido para esta requerer as importâncias em dívida será, em todos os casos, feito pela forma indicada quando se fez referência ao artigo 9.º do diploma.

Como se acentuou, o processo de habilitação de herdeiros, salvaguardadas as simplificações introduzidas, continua a obedecer às regras legais e administrativas em vigor, entre as quais se aponta a que foi sancionada por despacho de S. Ex.<sup>a</sup> o Subsecretário de Estado das Finanças de 23 de Fevereiro de 1948 e consta da circular da Direcção-Geral da Contabilidade Pública n.º 6, série A, de 4 de Março seguinte:

a) Sempre que um funcionário falecido haja recebido os seus vencimentos e fique em débito ao Estado de importâncias respeitantes a esses vencimentos, não há que passar guia de reposição por essas importâncias;

b) No entanto, se posteriormente ao óbito vierem a ser processadas novas quantias, só será entregue aos herdeiros a parte que exceder aquele débito.

Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 14 de Junho de 1960. —  
O Director-Geral, *Aureliano Felismino*.

# **DIPLOMA**

## Direcção-Geral da Contabilidade Pública

### Decreto-Lei n.º 42 947

O artigo 10.º da Lei n.º 2101, de 19 de Dezembro de 1959, estabeleceu que, por morte dos servidores do Estado, ocorrida a partir de 1 de Janeiro de 1960, as pessoas de família a seu cargo, como tal definidas na lei, terão direito a receber, mediante processo simplificado, o vencimento completo do mês em que se der a morte e ainda o do mês seguinte.

Visa esta disposição, por um lado, facultar às famílias dos servidores falecidos os meios necessários para ocorrer às despesas que ordinariamente se fazem sentir com maior premência logo após o falecimento e, por outro lado, imprimir simplicidade e rapidez ao processo de liquidação dos abonos.

Dando execução ao preceituado no referido artigo 10.º da Lei n.º 2101, concedem-se pelo presente diploma às famílias que viviam a cargo dos servidores falecidos não só as remunerações de todo o mês em que se verificar o óbito, se estas não tiverem sido já recebidas, como as do mês imediato; e consideram-se tais abonos, quando requeridos por aquelas famílias, independentes dos bens a partilhar segundo os preceitos reguladores das transmissões por herança, estabelecendo-se regras simplificadas de liquidação que permitam a rápida entrega das respectivas importâncias.

Nestes termos:

Em cumprimento do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 2101, de 19 de Dezembro de 1959;

Usando da faculdade conferida pela 1.<sup>a</sup> parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As pessoas de família a cargo dos servidores do Estado, civis e militares, terão direito a receber, por morte destes, os vencimentos, salários ou quaisquer outras remunerações certas correspondentes aos lugares que os mesmos ocupavam e em relação tanto ao mês em que se der a morte como ao mês seguinte.

§ 1.º O disposto no corpo deste artigo abrange todos os servidores nomeados, contratados e assalariados de carácter permanente, incluindo os assistidos pela assistência aos funcionários tuberculosos, bem como os militares na situação de reserva, e ainda os servidores em regime eventual que, encontrando-se vinculados ao Estado, tenham prestado serviço por período não inferior a seis meses.

§ 2.º Não conferem o direito à percepção dos abonos os servidores que se encontrem de licença ilimitada ou em situação, não prevista no parágrafo anterior, que tenha determinado a abertura de vaga.

Art. 2.º Os abonos de que trata o artigo anterior serão efectuados à pessoa de família a cargo do servidor por ele previamente indicada em declaração depositada no competente serviço processador; na falta, extravio ou inoperância de tal declaração, será a liquidação feita a um dos membros da mesma família, mediante petição a apresentar, de acordo com a seguinte ordem de precedência:

- 1.º O cônjuge sobrevivente, se não houver separação, judicial ou de facto;
- 2.º O mais velho dos descendentes do grau mais próximo;
- 3.º Um dos ascendentes do servidor, ou, na sua falta, do seu cônjuge, do grau mais próximo;
- 4.º Outro parente, segundo a ordem de sucessão legítima, e, em igualdade de condições, o mais velho.

§ único. Se o direito à percepção dos abonos recair em indivíduo menor ou interdito e se não apresentar a exercê-lo o respectivo representante legal, poderá a liquidação ser feita a pessoa de família que tenha ficado com o encargo da sua manutenção ou, não se verificando este caso, a pessoa idónea sob cuja dependência se encontre o menor ou interdito, sem prejuízo, porém, de oportuna prestação de contas a quem venha a provar estar legalmente investido na representação.



Art. 3.º As importâncias a liquidar nos termos do artigo 1.º têm o carácter de subsídio por morte, pelo que a sua transmissão está isenta de quaisquer imposições legais, incluindo o pagamento de emolumentos; ficam, todavia, sujeitos ao imposto do selo os documentos a juntar às petições dos interessados.

Art. 4.º A liquidação a fazer obedecerá às seguintes normas:

- a) Em relação ao mês em que se der a morte, os abonos e os respectivos descontos, assim como quaisquer deduções, são os do mês completo, conforme o processamento, feito ou a fazer, com base nos elementos a que esse processamento normalmente deva atender;
- b) Em relação ao mês seguinte, os abonos são os correspondentes às totalidades mensais das remunerações certas do falecido, incluindo o abono de família, sem as deduções e os descontos a que estavam sujeitos, excepto o do imposto do selo.

§ 1.º Tratando-se de salários e, de uma maneira geral, de remunerações que, não sendo de quantitativo certo em cada mês, possam reportar-se a cada dia de serviço, o abono mensal a considerar será o correspondente a 30 vezes o abono diário.

§ 2.º Tratando-se de servidores cujas remunerações estejam estabelecidas por forma a não lhes ser aplicável o disposto no parágrafo anterior, o quantitativo do abono, se não puder ser determinado por paridade com o de outro servidor do mesmo organismo prestando serviço em idêntico regime, será o que corresponder ao do último mês completo do exercício das respectivas funções, num e noutro caso sem atenção a circunstâncias determinantes de qualquer dedução ocasional.

§ 3.º As penas disciplinares não produzem efeitos nos abonos para além dos do mês em que se der a morte, salvo na hipótese prevista na última parte do § 2.º do artigo 1.º

Art. 5.º Quaisquer importâncias devidas pelo Estado a servidores falecidos que não estejam abrangidas pelo artigo anterior, designadamente as que tenham sido ou devam ser calculadas de harmonia com o serviço efectivamente prestado, acrescerão às que forem liquidadas nos termos do mesmo artigo.

Art. 6.º Aos quantitativos liquidados deduzir-se-ão as importâncias que eventualmente tiverem sido abonadas ao servidor por antecipação ou com o carácter de adiantamento, salvo se outra forma de reembolso

estiver legalmente prevista ou for autorizada pelo Ministro da respectiva pasta, com o acordo do Ministro das Finanças, a obter por intermédio da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Art. 7.º O direito à percepção dos abonos autorizados pelo presente diploma é inalienável e impenhorável.

Art. 8.º As declarações a apresentar pelos servidores e as petições para o recebimento das quantias que forem devidas serão feitas em impressos de modelo uniforme a aprovar por portaria assinada pelo Ministro das Finanças.

Art. 9.º As petições deverão ser apresentadas nos serviços processadores dos abonos no prazo de 45 dias, a contar da recepção do aviso que, em todos os casos, os mesmos serviços dirigirão à família dos servidores falecidos.

§ 1.º As petições serão acompanhadas das respectivas certidões de óbito, cuja apresentação, porém, poderá ser diferida, em casos devidamente justificados.

§ 2.º O aviso referido no corpo deste artigo será expedido no prazo máximo de cinco dias, a contar da data em que no serviço tenha havido conhecimento do falecimento do servidor; se vierem a apurar-se novos créditos, deverá também proceder-se a aviso, no mais curto prazo.

§ 3.º Não sendo possível notificar a família, esta não fica inibida de deduzir a sua petição, tendo para o efeito o prazo de 60 dias, contados a partir do dia seguinte ao do óbito.

Art. 10.º Os elementos de facto referidos nas petições justificativos do direito à percepção dos abonos carecem de confirmação da autoridade administrativa da área da residência de quem as subscrever, podendo também admitir-se a confirmação por dois funcionários de categoria igual ou superior à do falecido.

§ 1.º E dispensada a confirmação quando os elementos constantes das petições se ajustem às declarações previamente depositadas nos serviços pelo servidores falecidos.

§ 2.º Os peticionários que prestarem falsas declarações, bem como as autoridades e os funcionários que subscreverem as respectivas confirmações, serão solidariamente responsáveis perante o Estado pelas importâncias indevidamente liquidadas, sem prejuízo da responsabilidade criminal ou disciplinar que lhes couber.

Art. 11.º Os serviços processadores devem proceder, com a maior brevidade possível, à verificação das petições e da documentação que receberem, completando-as com os necessários elementos de informação

sobre as quantias em dívida e remetendo-as, bem como as respectivas folhas, à entidade competente para autorizar o pagamento.

Art. 12.º Os encargos resultantes da execução deste diploma serão suportados, no ano a que disserem respeito, pelas disponibilidades das dotações orçamentais por onde eram satisfeitos os respectivos abonos, não dependendo a sua liquidação de autorização ministerial.

§ único. Quando se verifique insuficiência das referidas disponibilidades, poderá proceder-se ao reforço das respectivas dotações, utilizando para contrapartida as sobras de outras verbas do mesmo orçamento destinadas a despesas com o pessoal, pela forma prevista no § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, e sem quaisquer outras formalidades, excepto a da publicação no *Diário do Governo*.

Art. 13.º Os abonos que não possam ser liquidados no ano económico a que respeitarem serão satisfeitos em conta das verbas orçamentais destinadas a despesas de anos económicos findos, sem dependência de quaisquer formalidades, ainda que se verifique a hipótese prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 24 914, de 10 de Janeiro de 1935.

Art. 14.º As importâncias dos vencimentos e quaisquer outras que, tendo ficado em dívida a servidores do Estado falecidos, não venham a ser satisfeitas segundo o regime estabelecido nos artigos anteriores poderão ser objecto de habilitação de herdeiros nos termos da legislação em vigor.

§ 1.º Quando, porém, se proceder a habilitação administrativa, poderá seguir-se o processo simplificado estatuído pelo presente diploma, no que respeita à forma das petições, meios de prova e dispensa de formalidades.

§ 2.º Os prazos para a apresentação das petições e de outros documentos serão os estabelecidos na legislação sobre a habilitação de herdeiros.

§ 3.º A isenção de imposições legais estabelecida no artigo 3.º é extensiva a qualquer forma de habilitação.

Art. 15.º O preceituado neste diploma é extensivo, na parte aplicável, aos serviços dotados de autonomia administrativa ou financeira.

§ único. Os orçamentos suplementares que estes serviços tenham necessidade de elaborar para os fins previstos no § único do artigo 12.º não serão contados para o limite legalmente fixado.

Art. 16.º A vigência do presente decreto-lei é reportada a 1 de Janeiro de 1960.

§ 1.º Consideram-se legalizados os abonos que tenham sido liquidados ao abrigo do artigo 10.º da Lei n.º 2101, de 19 de Dezembro de

1959, mesmo em condições diferentes das agora estabelecidas e, inclusivamente, com utilização de sobras de dotações dos quadros a que o servidor pertencia ou de quaisquer outras verbas orçamentais.

§ 2.º Aos processos pendentes será dado andamento de harmonia com as disposições deste diploma, contando-se, porém, os prazos a partir da data da sua publicação.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Pedro Theotónio Pereira* — *Arnaldo Schulz* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Vasco Lopes Alves* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *José do Nascimento Ferreira Dias Júnior* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *Henrique Veiga de Macedo* — *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

# **PORTARIA**

### **Portaria n.º 17 698**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 42 947, de 27 de Abril de 1960:

1.º Aprovar os impressos a seguir discriminados:

- C. P.—Modelo D 81 — Declaração para liquidação de abonos em caso de falecimento;
- C. P.—Modelo D 82 — Petição de importâncias a liquidar por morte de servidores do Estado (artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 42 947);
- C. P.—Modelo D 83 — Petição de importâncias em dívida a falecidos servidores do Estado (artigo 14.º do mesmo decreto-lei).

2.º Estabelecer o seu uso obrigatório por todos os serviços públicos.

3.º Considerar os mesmos impressos como exclusivos da Imprensa Nacional de Lisboa.

Ministério das Finanças, 27 de Abril de 1960. — O Ministro das Finanças, *António Manuel Pinto Barbosa*.

## DECLARAÇÃO PARA LIQUIDAÇÃO DE ABONOS EM CASO DE FALLECIMENTO

O abaixo assinado <sup>(1)</sup> \_\_\_\_\_,  
exercendo funções na <sup>(2)</sup> \_\_\_\_\_,  
declara, para os efeitos do Decreto-Lei n.º 42 947, de 27 de Abril de 1960, que todos os abonos  
que sejam devidos após a sua morte devem ser pagos a <sup>(3)</sup> \_\_\_\_\_  
que é <sup>(4)</sup> \_\_\_\_\_ do declarante.

Morada <sup>(5)</sup> \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

Assinatura do servidor,

NOTA. — Esta declaração não terá validade quando for feita a favor de pessoa que não seja da família a seu cargo.

### AUTO DE ABERTURA

A presente declaração foi aberta em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_, por  
min. <sup>(6)</sup> \_\_\_\_\_, <sup>(7)</sup> \_\_\_\_\_

na presença das seguintes testemunhas:

Nome <sup>(8)</sup> \_\_\_\_\_

Categoria \_\_\_\_\_

Nome <sup>(8)</sup> \_\_\_\_\_

Categoria \_\_\_\_\_

Assinaturas

Rubrica do funcionário,

Expedido aviso à família em \_\_\_\_/\_\_\_\_/19\_\_\_\_

Recebido o aviso de recepção em \_\_\_\_/\_\_\_\_/19\_\_\_\_

(1) Nome completo do servidor. (2) Direcção-geral ou designação equivalente. (3) Nome completo do beneficiário.  
(4) Indicação do parentesco. (5) Da pessoa indicada em (1), se não for a mesma do declarante. (6) Nome do funcionário  
que abriu a declaração. (7) Categoria do funcionário, que deve ser o chefe do serviço ou um seu representante. (8) Funcionário, de preferência do serviço respectivo.

# PETIÇÃO DE IMPORTÂNCIAS A LIQUIDAR POR MORTE DE SERVIDORES DO ESTADO

## I - PETIÇÃO

(1) \_\_\_\_\_  
 morador em \_\_\_\_\_  
 encontrando-se nas condições previstas no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 42 947, de 27 de Abril  
 de 1960, solicita que lhe sejam liquidados os abonos referentes a seu falecido (2) \_\_\_\_\_  
 (3) \_\_\_\_\_  
 que exerceu as funções de (4) \_\_\_\_\_  
 no serviço (5) \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_  
 (6) \_\_\_\_\_

## II - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO PROCESSADOR DOS ABONOS

Entrada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_  
 A presente petição está em condições de ser aceite, em vista da (7) { declaração existente neste serviço.  
 confirmação feita ao verso.

Discriminação dos abonos em dívida:

_____	§
_____	§
_____	§
_____	§
_____	§
_____	§
Total.....	§

0 (8) \_\_\_\_\_

(Autenticar com o selo branco)

(1) Nome completo do peticionário. (2) Parentesco. (3) Nome do falecido. (4) Categoria. (5) Designação do orga-  
 nismo. (6) Assinatura do interessado. (7) Certar o que não interessa. (8) Chefe do serviço.  
 C. P. - Modelo D 82  
 (A. - 110 mm x 297 mm)



(Verso da petição do modelo 1) 82)

### III—CONFIRMAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DO PETICIONÁRIO

a) Atestado da Junta de Freguesia d \_\_\_\_\_

Confirmamos as declarações do peticionário.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

O Presidente,

\_\_\_\_\_

(Assintar com selo branco)

b) Os abaixo assinados confirmam as declarações do peticionário.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/19\_\_\_\_

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/19\_\_\_\_

O (1) \_\_\_\_\_

O (1) \_\_\_\_\_

(Bilhete de identidade n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/19\_\_\_\_,  
da Secção d \_\_\_\_\_)

(Bilhete de identidade n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/19\_\_\_\_,  
da Secção d \_\_\_\_\_)

NOTA. — Só é necessário um dos meios de prova, sendo, no entanto, ambos dispensados quando exista declaração deixada pelo falecido e desde que não venha a verificar-se divergência entre os elementos da petição e os daquela.

(1) Categoria do servidor, que tem de ser igual ou superior à do falecido.

## PETIÇÃO DE IMPORTÂNCIAS EM DÍVIDA A FALECIDOS SERVIDORES DO ESTADO

## I - PETIÇÃO

Parentesco com o falecido	Nome e morada

O \_ indivíduo \_ acima referido, encontrando-se nas condições previstas no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 42 947, de 27 de Abril de 1960, solicita \_ que lhe \_ sejam liquidadas as importâncias em dívida a <sup>(1)</sup> \_\_\_\_\_, que exerceu as funções de <sup>(2)</sup> \_\_\_\_\_, no serviço <sup>(3)</sup> \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

(4)

## II - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO PROCESSADOR DOS ABONOS

Entrada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

A presente petição encontra-se em condições de ser aceite, em vista da confirmação feita no verso.

## Discriminação das importâncias em dívida:

_____	_____ \$
_____	_____ \$
_____	_____ \$
_____	_____ \$
_____	_____ \$
Total .....	_____ \$

0 <sup>(5)</sup> \_\_\_\_\_

(Assinatar com o selo branco)

(1) Nome do falecido servidor. (2) Categoria. (3) Designação do organismo. (4) Assinaturas dos interessados.  
(5) Chefe do serviço.  
O. P. - Modelo D 88  
(A - 110 mm x 197 mm)

(Verso da petição do modelo D 83)

### III—CONFIRMAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DO PETICIONÁRIO

a) Atestado da Junta de Freguesia d \_\_\_\_\_

Confirmamos a \_\_\_\_\_ declaraç \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ peticionário \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

O Presidente,

\_\_\_\_\_

(Assinatar com o selo branco)

b) Os abaixo assinados confirmam as declarações do \_\_\_\_\_ peticionário \_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 19 \_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 19 \_\_\_\_\_

O (1) \_\_\_\_\_

O (1) \_\_\_\_\_

(Assinatar com o selo branco n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 19 \_\_\_\_\_  
da Secção d \_\_\_\_\_)

(Assinatar com o selo branco n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 19 \_\_\_\_\_  
da Secção d \_\_\_\_\_)

NOTA. — Só é necessário um dos meios de prova

(1) Categoria do servidor, que tem de ser igual ou superior à do falecido.